



Caderno de Provas

CPJUS 40 – NS

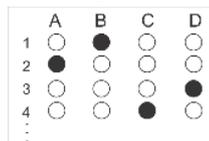
FISCAL DE TRIBUTOS

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atinja setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispo de recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassallos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Se verde é azul, então, azul é vermelho. Se azul é vermelho, então, cinza é preto. Se cinza é preto, então, branco é azul. Ora azul não é branco, logo,

- A) cinza é preto e azul não é vermelho.
- B) azul é vermelho e verde é azul.
- C) cinza não é preto e verde não é azul.
- D) azul não é vermelho e verde é azul.

12. Considere as premissas a seguir:

- I. Nenhum veículo é veloz.
- II. Algumas motos são velozes.

A partir dessas premissas, conclui-se que

- A) algumas motos são veículos.
- B) todos os veículos são motos.
- C) nenhum veículo é moto.
- D) nenhuma moto é veículo.

13. A sequência abaixo relaciona letras e números, considerando um princípio lógico.

J	U	N	C	O
20	10,5	28	1,5	?

Seguindo o raciocínio dado, a soma dos números associados às letras da palavra JUNCO é igual a

- A) 121,5.
- B) 75.
- C) 126,5.
- D) 90.

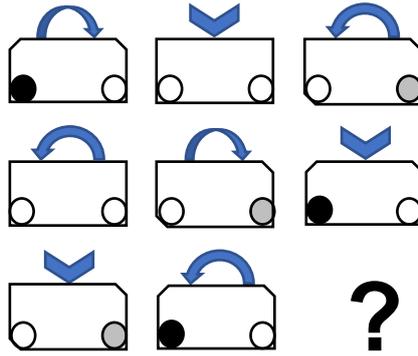
14. Considere as proposições abaixo.

- I. $(A \wedge B) \wedge \sim(A \vee B)$
- II. $(A \vee B) \rightarrow (A \wedge B)$
- III. $\sim A \wedge (A \wedge \sim B)$
- IV. $A \vee (B \wedge \sim B) \leftrightarrow A$

Nesta ordem, essas proposições são, respectivamente:

- A) contradição, tautologia, contingência, contingência.
- B) contradição, contingência, contradição, tautologia.
- C) contingência, contingência, tautologia, contradição.
- D) contingência, contradição, contradição, tautologia.

15. Observe abaixo a sequência que se organiza em nove figuras.



De acordo com a lógica aplicada na organização das figuras, a interrogação deve ser substituída por:

- A)
- B)
- C)
- D)

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – FISCAL DE TRIBUTOS

16. De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é uma prestação
- A) considerada voluntária.
 - B) que constitua sanção por ato ilícito.
 - C) em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.
 - D) cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
17. As imunidades tributárias são limitações constitucionais ao poder de tributar. São também chamadas de hipóteses de não incidência tributária constitucionalmente qualificadas. Acerca das imunidades tributárias, dispõe a Constituição Federal de 1988 que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços
- A) de outros entes federativos, salvo sobre os municípios.
 - B) das fundações dos partidos políticos, atendidos os requisitos da lei.
 - C) das entidades sindicais de empregadores, atendidos os requisitos da lei.
 - D) de empresas responsáveis pela comercialização de livros, jornais ou periódicos.
18. Considere que, em 01 de outubro de 2022, um determinado município publicou os instrumentos normativos a seguir:
- I – Decreto executivo atualizando a base de cálculo do IPTU;
 - II – Lei aumentando a alíquota do ISSQN, com entrada em vigor em 30 dias;
 - III – Lei reduzindo a alíquota do ITBI, com entrada em vigor em 45 dias.
- Considerando o que dispõe o Código Tributário Nacional, além dos entendimentos dos tribunais superiores sobre princípios, vigência e aplicação da legislação tributária, é correto afirmar que:
- A) o Decreto executivo não tem validade, haja vista que, pelo princípio da legalidade, os tributos só podem ser instituídos, majorados ou atualizados por lei em sentido estrito.
 - B) a nova alíquota do ITBI começará a produzir efeitos em 01 de janeiro de 2023, em obediência aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal.
 - C) a lei mais benéfica ao contribuinte deverá ser aplicada retroativamente, se, em março de 2023, a fazenda municipal realizar lançamento de ofício do ITBI relativo a um fato gerador ocorrido em setembro de 2022.
 - D) a lei que aumentou a alíquota do ISSQN, durante o mês de dezembro de 2022, é uma lei vigente, porém ainda não eficaz, em virtude da obediência aos princípios da anualidade e noventena.
19. Acerca das disposições da Constituição Federal de 1988 e do Código Tributário Nacional a respeito do Imposto Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que esse imposto
- A) tem como contribuinte o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
 - B) possui alíquotas fixas, em virtude do princípio da isonomia tributária.
 - C) é de competência da União, mas poderá ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, configurando delegação da competência tributária da União para o Município.
 - D) é de competência da União, mas poderá ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios que, assim optarem, na forma da lei, razão pela qual eles receberão 75% do produto da arrecadação desse imposto.

20. Empresa Alfa, contribuinte do ISS, ao prestar serviço que constituía fato gerador do referido imposto, no dia 01 de fevereiro de 2023, não emitiu nota fiscal nem fez o recolhimento do valor devido na operação. Com base nessa situação e considerando o disposto no Código Tributário Nacional bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que
- A) a administração tributária deverá fazer o lançamento de ofício para o tributo, tendo, para isso, o prazo de cinco anos, contados a partir de 1º de fevereiro de 2023.
 - B) a empresa estará sujeita ao pagamento do tributo, bem como de eventual penalidade pecuniária (multa), sendo ambas obrigações tributárias principais.
 - C) a empresa, ao não emitir nota fiscal, descumpriu uma obrigação acessória, estando sujeita à penalidade de multa, a qual não constitui uma obrigação tributária, uma vez que multa se trata de sanção por ato ilícito.
 - D) o prazo decadencial para a constituição definitiva do crédito será de cinco anos, contados a partir da notificação ao sujeito passivo, se a autoridade fiscal, não realizando nenhuma ação preparatória para o lançamento do tributo anteriormente, iniciar atividade fiscalizatória sobre essa situação, no mês de fevereiro de 2024.
21. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, ocorre a incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos municípios, sobre a prestação de
- A) serviços de comunicação.
 - B) serviços para o exterior.
 - C) serviços de transporte intermunicipal.
 - D) serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
22. De acordo com o Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre
- A) definição do sujeito passivo da obrigação tributária.
 - B) fato gerador da obrigação tributária.
 - C) prescrição e decadência.
 - D) suspensão do crédito tributário.
23. As Demonstrações Contábeis possuem diversos elementos em sua composição. É correto definir o Passivo como
- A) a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todas as suas despesas.
 - B) instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais emitidos pela entidade e recomprados e detidos por ela.
 - C) uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
 - D) um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
24. No Balanço Patrimonial de uma entidade, registram-se seus bens, seus direitos e suas obrigações. As patentes de uma empresa devem ser reconhecidas, contabilmente, como
- A) ativo imobilizado.
 - B) ativo intangível.
 - C) passivo contingente.
 - D) passivo realizável a longo prazo.

- 25.** Um ativo imobilizado de uma entidade deve ser mensurado com base no
- A) custo.
 - B) custo residual.
 - C) valor de revenda.
 - D) valor realizável líquido.
- 26.** Para correta mensuração dos estoques, o contador da entidade deve incluir no cálculo de seu custo
- A) despesas administrativas.
 - B) despesas de comercialização.
 - C) gastos com armazenamento.
 - D) valor esperado de desperdício de materiais.
- 27.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa é parte integrante das Demonstrações Contábeis de uma entidade. As atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade são chamadas de atividade
- A) de caixa.
 - B) de financiamento.
 - C) equivalente de caixa.
 - D) operacional.
- 28.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo, pela população, de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, é conhecido como
- A) poder de polícia.
 - B) poder disciplinar.
 - C) poder hierárquico.
 - D) poder regulamentar.
- 29.** Os atos administrativos são o meio pelo qual o Estado manifesta sua vontade. A caducidade é uma das formas de sua extinção e ocorre quando
- A) há o desfazimento de um ato válido que deixou de ser conveniente e oportuno.
 - B) há o desfazimento de um ato válido em virtude de descumprimento pelo beneficiário das condições que ele deveria manter para continuar gozando do ato.
 - C) um novo ato administrativo é produzido e se contrapõe ao ato a ser extinto.
 - D) uma nova legislação surge e é contrária aos fundamentos que lhe deram origem.
- 30.** De acordo com a Lei 8.666/93, nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos
- A) produzidos no Brasil.
 - B) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
 - C) produzidos por empresas que invistam no desenvolvimento de tecnologia no Brasil.
 - D) manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.